

Uma nota de investigação sobre a aula do comércio de Lisboa e sobre um discurso mercantilista de Alberto Jaquéri de Sales (1776), um professor de contabilidade

DOI: 10.4025/enfoque.v41i1.54137

Miguel Gonçalves

Mestre em Contabilidade e Auditoria pela Universidade de Aveiro
 Professor do Departamento de Ciências Empresariais da Coimbra *Business School*
 Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC)
 E-mail: mgoncalves@iscac.pt
 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0318-9251>

Recebido em: 02.07.2020

Aceito em: 01.09.2020

2ª versão aceita em: 08.09.2020

RESUMO

O artigo apresenta, de forma inédita, o discurso pronunciado em Lisboa em 21 de Agosto de 1776 por Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791), professor da Aula do Comércio (AC), por ocasião da inauguração do quinto curso da AC. Nesse ano, a AC registou o maior número de alunos matriculados da história da instituição, 307 no total. A literatura contém diversas referências a este documento impresso em 1776, mas, por circunstâncias desconhecidas, o opúsculo parece não constar do acervo documental das principais bibliotecas portuguesas; e tampouco a localização do folheto é fornecida pela literatura de forma precisa, pelo menos tanto quanto é do nosso conhecimento. Desta forma, este estudo visa mostrar à comunidade o documento que persiste mais ou menos desenhado com a história da contabilidade portuguesa e que se localizou no Catálogo de Miscelâneas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Aproveita-se também a oportunidade para dar conhecimento de uma fotografia da AC, datada de 1894 (que se crê inédita no âmbito do tema AC), a qual mostra o edifício em Lisboa onde a escola se instalou e funcionou de 1759 a 1768.

Palavras-chave: História da Contabilidade. Século XVIII. Lisboa. Aula do Comércio. Sales. Portugal. Ensino de Contabilidade.

A research note on the school of commerce of Lisbon and on a mercantilist discourse by Alberto Jaquéri de Sales (1776), an accounting professor

ABSTRACT

The article presents, in an unprecedented way, the speech given in Lisbon on August 21, 1776 by Alberto Jaquéri de Sales (1731-1791), professor of the School of Commerce (SC), on the occasion of the inauguration of the fifth course of the SC. In that year, the SC registered the largest number of students enrolled in the history of the institution, 307 in total. The literature contains several references to this document printed in 1776, but, for unknown circumstances, the booklet does not appear in the documentary collection of the main Portuguese libraries; nor is the location of the leaflet accurately provided, at least to the best of our knowledge. Thus, this study aims to show the community the document that persists more or less disassociated with the history of Portuguese accounting and that was located in the Catalog of Miscellaneous of the General Library of the University of Coimbra. The paper is also an opportunity to give notice of a photograph of the SC, dated 1894 (which is believed to be unprecedented in the SC subject), which shows the building in Lisbon, where the school has been installed and operated from 1759 to 1768.

Keywords: Accounting History. 18th Century. Lisbon. School of Commerce. Sales. Portugal. Accounting Education.

1 INTRODUÇÃO

Uma das etapas mais bem estudadas da história da contabilidade portuguesa parece ser a segunda metade do século XVIII, por oposição ao período anterior a 1750, época em que, de acordo com Rodrigues, Gomes e Craig (2003, p. 100), existiam poucos contabilistas (guarda-livros) nacionais e os mercadores portugueses que havia desconheciam quase totalmente o sistema das partidas dobradas.

É geralmente aceite que o ano de 1750 marca um antes e um depois na história da contabilidade portuguesa (GONÇALVES, 2016, 2017). Isto fica a dever-se ao início do reinado de D. José I e à presença no seu governo de uma das figuras políticas mais controversas da história política e social portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo (mais conhecido por Pombal). A figura de Pombal tem dominado o estudo do século XVIII português ao ponto de a grande maioria dos historiadores o dividir em três fases: antes, durante e depois de Pombal (MACEDO, 1971, p. 415). De um ângulo contabilístico, a afirmação precedente é igualmente válida. A contribuição deste governante para a sociedade setecentista portuguesa cruzou muitas disciplinas, incluindo a física, a química, a arquitetura, a sismologia, a viticultura e, o que é mais impressionante para o contexto deste artigo, a contabilidade.

Numa asserção conhecida, Gonçalves da Silva (1984, p. 509-510, 1985, p. 232) sublinhou que na história da contabilidade portuguesa a época de Pombal pode qualificar-se de revolucionária, porque as providências governativas respeitantes à matéria que então se tomaram modificaram sobremaneira o panorama contabilístico nacional. Uma dessas medidas legislativas prende-se com a área do ensino público da contabilidade por partidas dobradas. Malgrado Portugal não poder considerar-se um país que tenha desenvolvido um pensamento contabilístico original (HERNÁNDEZ ESTEVE, 2013, p. 443), pode orgulhar-se de, em princípio, ter sido a primeira nação a implementar uma

escola pública na qual se ensinasse esse saber prático, a Aula do Comércio, em 1759 (RODRIGUES; GOMES; CRAIG, 2004). Esta escola encontra-se hoje historicamente muito bem documentada, sendo vastíssima a literatura produzida nos últimos anos, especialmente a partir dos trabalhos seminais de Santana (1986a,b,c, 1987a,b,c,d, 1988) e de Rodrigues, Gomes e Craig (2004), este último dando a conhecer pela primeira vez à comunidade internacional de historiadores da contabilidade, por via da publicação na conceituada revista de referência *Accounting History*, a escola que Pombal fundou na capital portuguesa em 1759.

Todavia, como em qualquer área de conhecimento, existem lacunas e vazios por preencher. Um destes *gaps* da literatura prende-se com a inventariação, catalogação e estudo de documentos relacionados com os professores e os alunos da Aula do Comércio (e.g.: postilas, lições, manuscritos, aulas, discursos). Neste contexto, o artigo pretende responder, em parte, ao repto de Rodrigues, Carqueja e Ferreira (2016) para que se proceda à “inventariação e caracterização de todos os manuscritos [e demais documentação] baseados em notas de lições existentes nas bibliotecas portuguesas”. O artigo ambiciona subsidiar essa empreitada. Por conseguinte, o seu principal objectivo consiste na apresentação inédita e integral de um documento que, por qualquer motivo, persiste mais ou menos desconhecido com a história da contabilidade de língua portuguesa e que se localizou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: o discurso inaugural de Alberto Jaquéri de Sales, por ocasião da abertura do quinto curso da Aula do Comércio, em 21 de Agosto de 1776. O estudo também intenta incrementar o conhecimento contabilístico por intermédio da publicação de uma fotografia da Aula do Comércio, que se crê inédita neste domínio e que aqui é apresentada pela primeira vez em periódico internacional.

Investigações acerca da Aula do Comércio e dos seus assuntos colaterais afiguram-se importantes e têm interesse por três ordens de razão.

Primeiro, porque a escola ajudou a criar um corpo de profissionais qualificados instrumentais para a difusão das partidas dobradas em Portugal (GOMES, 2007, p. 7). Depois, porque os actuais contabilistas certificados vêm desenvolvendo um gosto cada vez maior pelas origens da sua profissão em Portugal, a que não será alheio o financiamento da Ordem dos Contabilistas Certificados, nos primeiros anos da década transacta, de um projecto inédito de investigação no âmbito da instituição da Aula do Comércio (cf. RODRIGUES, 2009, p. 119). E, por último, porque a questão do ensino da contabilidade e da primeira escola no mundo a ministrá-lo em termos públicos representa um tema que capta a atenção dos estudantes de contabilidade, podendo até dizer-se que a primeira literatura no âmbito da história da contabilidade a que por norma dedicam ponderação é a relativa à Aula do Comércio de Lisboa. Assim, o artigo contribuirá para que, tanto profissionais, como estudantes de contabilidade, possam manter vivo o interesse pela origem e circunstâncias contextuais iniciais da actual e futura profissão, com a convicção de que o conhecimento do passado, além de contribuir para o enriquecimento cultural da disciplina, ajuda a preparar e a sustentar o futuro.

A presente nota de investigação faz uso de uma metodologia ancorada em dois pressupostos: a) quanto aos objectivos, descritiva; e b) quanto à abordagem do problema, qualitativa (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 81-82, 91-92). Embora não seja fácil enunciar uma definição precisa de investigação qualitativa, considera-se que a mesma, no sentido mais lato do termo, está particularmente associada à investigação que adopta uma posição filosófica interpretativa (*vide* VIEIRA; MAJOR; ROBALO, 2009, p. 132). A presente abordagem confirmará, por conclusão observável posteriormente, uma característica dos estudos qualitativos: a empatia (cf. STAKE, 2012, p. 62). Este estudo é empático, porque presta atenção à intencionalidade dos actores intervenientes no objecto em análise (STAKE, 2012, p. 62). Quanto à técnica particular de recolha de dados (o método de geração de informação, de acordo com SILVERMAN, 2001), esta consistiu na análise de arquivo e na análise de textos e documentos, fundamentalmente

porque não foi possível o controlo, por parte do investigador, dos eventos comportamentais dos agentes estudados e porque, também, a pesquisa alude a acontecimentos não contemporâneos. Quanto aos elementos de trabalho recolhidos, os principais textos e documentos analisados cingiram-se a fontes primárias (manuscritas, impressas e fotográficas), a legislação da época e a fontes secundárias¹.

Depois da introdução, a ordem de trabalhos prossegue com a segunda secção, dedicada ao *período de ouro* da contabilidade em Portugal. A terceira secção apresenta uma síntese da Aula do Comércio e dos seus dois primeiros lentes e a quarta identifica o vazio que este artigo projecta preencher. A quinta secção apresenta e comenta o discurso do lente Sales. Em fecho, a conclusão.

Um esclarecimento é devido: seguiu-se como regra actualizar a ortografia e a pontuação em citações de documentos antigos e traduzir todas as citações em língua estrangeira constantes neste artigo.

2 O PERÍODO DAS LUZES DA CONTABILIDADE PORTUGUESA (1755-1773)

Portugal assistiu no século XVIII a uma mudança na contabilidade das empresas privadas e de alguns organismos públicos, em razão de o governo ter manifestado o seu poder coercivo para a imposição da contabilidade por partidas dobradas nos estatutos de algumas organizações privadas e públicas (GOMES, 2007, p. 222-223).

A contribuir para o epíteto de período das luzes da história da contabilidade em Portugal estará decerto o arco cronológico correspondente ao governo (1750-1777) de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), uma fase que, segundo Faria (2005, p. 216), Gomes (2007, p. 11, 119) e Gonçalves e Marques (2015, p. 241), ficou marcada por uma

¹ Este parágrafo relativo ao enquadramento metodológico da pesquisa fundamenta-se nos argumentos expostos em Gonçalves e Ribeiro (2015, p. 172) e em Gonçalves (2017, p. 32).

série de acontecimentos que permitiram um grande desenvolvimento da contabilidade. Sobre este assunto colhem-se, cronologicamente, diversos exemplos concretos, a saber:

– o estabelecimento da Junta do Comércio, em 1755 (GOMES, 2007, p. 120-121; GONÇALVES, 2011, p. 5-6; MACEDO, 1982, p. 74-75, 1984, p. 106-108; RATTON, 1813, p. 258-282; SERRÃO, 1982a, p. 129-130; cf. também os estatutos da Junta do Comércio);

– a formação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755 (PINTO, 2017a,b; RICARDINO; MARTINS, 2004; RODRIGUES; RICARDINO; MARTINS, 2009; ver, também, os estatutos gerais desta empresa);

– a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756 (OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2013; SOUSA; PEREIRA, 2008; cf. também os estatutos desta sociedade);

– o estabelecimento da Real Fábrica das Sedas, em 1757, depois da falência em 1750 da Companhia da Fábrica das Sedas (MAGALHÃES, 2010; MOREIRA, 1983; NEVES, 1827; ROSSA, 1998; vejam-se também os estatutos gerais desta corporação);

– a publicação em língua portuguesa do primeiro livro de contabilidade por partidas dobradas, por João Baptista Bonavie em 1758, sob o título *Mercador Exacto nos Seus Livros de Contas... pelos Princípios das Partidas Dobradas* (AMORIM, 1968, p. 122; CARQUEJA, 2000, p. 206; GOMES, 2007, p. 23, 156, 218, 223; GONÇALVES da SILVA, 1948a, p. 22, 1948b, p. 226-227; GORDON, 1937, p. 46; GUIMARÃES, 2005, p. 509; MARTINS, 1944, p. 263, 1960, p. 16; PEQUITO, 1875, p. 143; STEVELINCK, 1970, p. 63; VLAEMMINCK; GONZÁLEZ FERRANDO, 1961, p. 232; YAMEY, 1969, p. 581; e, por todos, veja-se a seminal contribuição de CARQUEJA, 2011);

– a instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1759 (JÚNIOR, 2004; RODRIGUES; SANGSTER, 2012; cf. também os estatutos gerais desta companhia);

– a fundação da Aula do Comércio, em 1759 (AZEVEDO, 1961; CAIADO, 2000; CARDOSO, 1984; ESTEVENS, 2009; FERREIRA; KEDSLIE; FREITAS, 1995; GOMES, 2007; GONÇALVES, 2010a,b,c,d, 2011; LIRA, 2010, 2011; MACHADO, 2009; MARTINS, 1937, 1960; RATTON 1813, p. 252-258; RIBEIRO, 1871, p. 273-281; RICARDINO, 2012; SANTANA, 1970b, 1974, 1985, 1986a,b,c, 1987a,b,c,d, 1988a; e, por todos, RODRIGUES; GOMES, 2002) (leiam-se também, com muita utilidade, os estatutos da Aula do Comércio);

– a introdução da contabilidade por partidas dobradas nas quatro contadorias-gerais do Erário Régio, em 1761 (GOMES; CARNEGIE; RODRIGUES, 2008, 2014; RODRIGUES, 1996a,b,c,d,e, 2000, 2011a,b; e, por todos, GOMES, 2007) (estude-se também a Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761);

– a criação da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, em 1773, uma sociedade por acções cuja escrituração nos livros deveria efectuar-se pelo mesmo método mercantil que se achava estabelecido nas demais companhias pombalinas, isto é, as partidas dobradas (cf. a condição II do Alvará de 15 de Janeiro de 1773, lei de fundação da entidade).

De permeio, cumpre salientar que Pombal esteve directamente ligado à formação de quatro sociedades monopolistas por acções, todas elas com prestação de contas segundo a contabilidade por partidas dobradas: Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755; Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756; Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759 (de longe a maior de todas elas, em termos de capital social); e Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve, 1773. O governante era sempre o primeiro subscritor [signatário proponente] das companhias gerais que ajudou a fundar (MARCOS, 1997, p. 383), tal como em França o foi Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), secretário de Estado de Luís XIV, nas companhias privilegiadas por si fundadas (RODRIGUES; RICARDINO; MARTINS, 2009, p. 424).

Neste quadro sócio-económico, Pombal compreendeu que em termos de instrução prática seria necessário equipar e apetrechar as infra-estruturas que ajudou a promover, dotando-as de técnicos capazes de colocar em marcha o seu plano de desenvolvimento e recuperação do país face ao atraso que experimentava a partir do final do reinado de D. João V. A competência de que muitos destes profissionais beneficiaram foi proporcionada pela Aula do Comércio.

3 A AULA DO COMÉRCIO, JOÃO HENRIQUE DE SOUSA (1720-1788) E ALBERTO JAQUÉRI DE SALES (1731-1791): UM PONTO DE SITUAÇÃO

Em Portugal, em meados do século XVIII, ocorreu uma interessante e inovadora experiência escolar associada ao ensino da contabilidade: a fundação da Aula do Comércio. Em 1759, Pombal e a Junta do Comércio, sob a presidência do provedor José Francisco da Cruz (1717-1768) (GONÇALVES, 2013a,b; GONÇALVES; MARQUES, 2015), fundam em Lisboa, perto do actual Largo do Rato, mais concretamente na contemporânea Rua da Escola Politécnica, uma escola pública de comércio e de escrituração comercial pelo método das partidas dobradas.

Integrada num contexto de reformas pombalinas ocorridas na educação no reinado de D. José I, justamente cognominado *O Reformador*, este estabelecimento, como comenta Carvalho (2008, p. 458), “representou, cronologicamente, a primeira providência tomada pelo ministro de D. José [Pombal] para ocorrer às necessidades do nosso ensino”. A relevância para a história da contabilidade da fundação da Aula do Comércio advém essencialmente da circunstância de nela ter sido ensinada escrituração comercial por partidas dobradas pela primeira vez em Portugal.

A Junta do Comércio e a Aula do Comércio fizeram ambas parte da estratégia do Marquês de Pombal para o aumento do desenvolvimento económico do reino, em linha com as directrizes iluministas da época, as quais advogavam a existência de recursos humanos qualificados, tanto para o sector público, como para o privado

(ALMODOVAR; CARDOSO, 2012, p. 190). É geralmente aceite que a Aula do Comércio constitui um produto do iluminismo português; ela foi instrumental para a concretização do plano de Pombal que apontava ao crescimento do comércio externo nacional, sendo determinante para a formação dos profissionais de contabilidade que vieram a dar apoio às instituições que corporizaram esse objectivo, em particular a Junta do Comércio (contadoria e secretaria), o Erário Régio, a Real Fábrica das Sedas e, bem se vê, as companhias de comércio monopolistas. Neste passo, mais não fazemos do que acompanhar com casos concretos a síntese certeira de Rodrigues, Gomes e Craig (2004, p. 64): “Os graduados da Aula do Comércio contribuíram para facilitar o crescimento das transacções comerciais entre Portugal e o mercado externo. Pombal [...] não poderia ter fundado as grandes companhias gerais de comércio se Portugal não dispusesse de um fluxo contínuo de diplomados desta escola”.

Sob outro ângulo, eram dois os grandes grupos de disciplinas que se ministravam na Aula do Comércio: (1) a aritmética comercial e suas aplicações (pesos, medidas, câmbios, seguros, fretamentos, comissões); e (2) a escrituração comercial (contabilidade) pelo método das partidas dobradas (ver Estatutos da Aula do Comércio; parágrafo 15). A Geometria também veio a ser ensinada a partir do primeiro curso, ainda que em termos oficiais não fizesse parte dos estatutos da Aula.

3.10 PRIMEIRO PROFESSOR, JOÃO HENRIQUE DE SOUSA (1720-1788)

O primeiro lente da Aula do Comércio foi João Henrique de Sousa (1720-1788), natural de Setúbal (SANTANA, 1970a, p. 4). A literatura reconhece o papel deste professor como um dos principais agentes da mudança contabilística operada em Portugal em meados da centúria de setecentos, sendo de assinalar com particular autoridade os trabalhos de Gomes (2007), Rodrigues e Craig (2009, 2010) e Santana (1970a, 1974, 1988a) e a contribuição seminal de Carqueja (2010), esta acerca de um manuscrito

elaborado por João Henrique de Sousa para apoio à Aula do Comércio, o qual contém as matérias de escrituração comercial por partidas dobradas e de aritmética aplicada ao comércio, por esta ordem.

As resenhas mais frutíferas sobre o ponto de vista crítico-interpretativo da biografia de João Henrique de Sousa acham-se em Rodrigues e Craig (2009, p. 386-390, 2010, p. 48-51). Segmentando a sua vida em três períodos, antes de 1756, durante o consulado pombalino como Primeiro-Ministro (1756-1777) e depois do governo de Pombal (depois de 1777), as duas investigações precedentes dão-nos a conhecer, entre outros aspectos, que João Henrique de Sousa começou a trabalhar aos 12 anos numa casa comercial italiana em Lisboa, na qual ficou cerca de nove anos, trabalhou como guarda-livros na Companhia de Macau e viajou em negócios pela Argentina e Brasil, antes de ser nomeado oficialmente inspector (auditor) da Contadoria da Junta do Comércio e primeiro professor da Aula do Comércio de Lisboa².

Um panegírico anónimo, impresso em 1764, noticiava que João Henrique de Sousa era em 1758 o mais capaz de entre os portugueses de subir à cadeira da nova aula para ensinar com método fácil tudo quanto da arte do comércio podia servir para utilidade pública, extraindo o corpo do comércio todas as conveniências que quase todos os negociantes ignoravam (ANÓNIMO, 1764, p. 10). Existem, pois, evidências tangíveis de que o perfil de Sousa, um profissional viajado e conhecedor de assuntos de comércio internacional, foi considerado por Pombal como ideal para dar início ao seu projecto de educação comercial e contabilística de uma classe até ali muito pouco ilustrada.

Pedreira (1995, p. 166) documenta João Henrique de Sousa como um dos 100 grandes negociantes no período pombalino, fazendo parte da elite comercial da segunda metade do século XVIII português. A influência deste tecnocrata da contabilidade estendeu-se ao reinado de D. Maria I, porquanto foi nomeado provedor da Junta do Comércio em 1780 (GONÇALVES;

LIRA; MARQUES, 2013). Entre Maio de 1781 e Fevereiro de 1786 ele atingiu a cúpula do Erário Régio, como tesoureiro-mor desta repartição pública criada em 1761 (FRANCO; PAIXÃO, 1995, p. 54).

Ainda que a literatura reconheça a importância de João Henrique de Sousa na difusão das partidas dobradas em Portugal, acreditamos que o seu papel, em termos de ensino oficial da contabilidade, possa estar a sobrevalorizado, posto que ele não completou o primeiro curso da Aula do Comércio (1759-1763). De facto, João Henrique de Sousa em 29 de Dezembro de 1761 foi nomeado escrivão do tesoureiro-mor do Erário Régio, um ofício incompatível com o magistério exercido na Aula do Comércio. Sousa tomou posse em 11 de Janeiro de 1762 (veja-se a reprodução *fac-simile* do termo de posse dada por Pombal a João Henrique de Sousa em FRANCO e PAIXÃO, 1995, p. 55).

Esta circunstância leva Santana (1986c, p. 26, 30) e Carqueja (2010, p. 24, 27) a cenzurarem a hipótese muito plausível de que Sousa não chegou a leccionar contabilidade por partidas dobradas na Aula do Comércio de forma integral, embora possa ter preparado o texto sobre as partidas dobradas (o manual *Arte da Escritura Dobrada*) que mais tarde em 1762 e 1763 o seu sucessor Alberto Jaquéri de Sales leu e ditou na parte final do primeiro curso (Janeiro de 1762 a Maio de 1763). Sousa fôra nomeado lente da Aula do Comércio e auditor da contadoria da Junta do Comércio em Julho de 1758, pelo que parece lícito concluir que desde então iniciou a tarefa de elaboração dos dispositivos pedagógicos de apoio ao estudo a utilizar na escola que, a partir de Dezembro de 1756, se sabia que seria estabelecida em Lisboa.

A evidência mais robusta que sustenta esta tese encontra-se no documento de 1764 já referido. Nele, o autor observa que João Henrique de Sousa ensinou na Aula do Comércio os fundamentos da Aritmética Comercial, logo na primeira parte do curso (ANÓNIMO, 1764, p. 12); depois passou à leccionação dos elementos de Geometria, em especial as aplicações práticas relacionadas com o cálculo das quantidades e do volume das carregações que Portugal faria em

² Em parêntesis, cumpre esclarecer que este parágrafo foi retirado, na íntegra, de Gonçalves, Lira e Marques (2013, p. 158).

termos de comércio externo, em especial para o Brasil (ANÓNIMO, 1764, p. 15). Observa, ainda, que “cuidadosamente aplicado a este grande trabalho se achava o senhor João Henrique de Sousa quando foi chamado por D. José I para exercer no Erário Régio, removendo-o do magistério na escola” (ANÓNIMO, 1764, p. 16). Alzira Moreira³, uma antiga primeira-bibliotecária e arquivista do Tribunal de Contas, instituição sucessora do Erário Régio, revela-nos que Sousa foi o responsável pela elaboração do plano de escrituração contabilística do Erário em partidas dobradas, segundo o sistema mercantil usado no comércio (MOREIRA, 1977, p. x-xi).

Sousa preparou as lições da Aula do Comércio (Aritmética, Geometria e Escritura Dobrada) para futura impressão por parte da Junta do Comércio, ditou algumas (Aritmética e Geometria, por certo) e deixou preparadas as restantes, que Sales leu, na íntegra ou em grande parte. Esta é, pelo menos, a sugestão deixada pela leitura de um excerto do texto que temos vindo a seguir: “à custa das horas de descanso se achariam prontas para se entregarem ao prelo as importantes lições que ele [Sousa] ditou e tinha prevenido, para por meio delas fazer utilíssimos progressos à nobilíssima arte do comércio” (ANÓNIMO, 1764, p. 16-17).

Em 1765, João Henrique de Sousa viu recompensadas as suas qualidades pelo ensino da Aula do Comércio e pelo ofício de escrivão do tesoureiro-mor no Erário Régio; nesse ano foi-lhe atribuída a mercê do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo (RODRIGUES; CRAIG, 2009, p. 389), a mais elevada condecoração social em Portugal no Antigo Regime. A ascensão de Sousa à nobreza, pela via do hábito concedido, resultou da preferência de Pombal pela nobilitação dos grandes comerciantes, mas também por aqueles que prestavam serviços civis excepcionais a Portugal. Tratou-se efectivamente deste último caso, o de uma recompensa pelo mérito civil e do candidato, tanto mais que o prémio não foi atribuído de forma directa em função da detenção de 10 acções das empresas pombalinas, como advogavam os estatutos societários das companhias gerais de

comércio. Neste ponto, sabe-se que João Henrique de Sousa não fez parte das listas de accionistas das companhias pombalinas.

Como quer que seja, os trabalhos sobre as origens da profissão de contabilista e, concretamente, sobre os primeiros professores de instrução comercial e contabilística, assumem-se importantes para a prática, porque qualquer domínio de conhecimento para se afirmar e ser reconhecido pela sociedade tem de ter uma identidade própria consubstanciada pelos homens/mulheres que lhe dedicaram o seu labor intelectual e profissional. Nestes termos, o segundo professor da Aula do Comércio foi, de 1762 a 1784, Alberto Jaquéri de Sales.

3.20 SEGUNDO PROFESSOR, ALBERTO JAQUÉRI DE SALES (1731-1791)

São fornecidos pela literatura seis trabalhos indispensáveis ao estudo bio-bibliográfico de Sales: Cardoso (1984), Rodrigues e Craig (2009, 2010) e Santana (1974, 1986c, 1988). Estas pesquisas permitem-nos retirar a conclusão de que os perfis de Sousa e Sales são semelhantes (RODRIGUES; CRAIG, 2010, p. 44).

Durante o seu exercício de 22 anos (1762-1784), o lente Sales foi o responsável pelo auge da Aula do Comércio, tanto em termos de influência e reconhecimento social, como em afluência de alunos. Acredita-se que Sales ter-se-á estabelecido em Lisboa por volta de 1755 (SANTANA, 1988, p. 23-24; de onde são extraídas todas as informações constantes deste parágrafo, salvo indicação em contrário). Era suíço de nascimento, mas naturalizou-se português em 1758 (ALMODOVAR; CARDOSO, 2012, p. 191). A sua colaboração com a Junta do Comércio iniciou-se em 1760, com a nomeação para auditar as contas do contrato do tabaco no Porto de um comerciante que entretanto falira, Feliciano Velho Oldemberg (1689-1767), homem de negócios português com ascendência alemã. Foi agraciado com a mercê do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1770 e nomeado em 1771 director da Real Fábrica das Sedas. Também foi fiscal (auditor) de duas fábricas na Covilhã.

³ Esta profissional e investigadora executou, em trabalho de grande fôlego, a tarefa de inventariação do espólio documental do Erário Régio: 5369 códices, no total.

Sales não fez parte dos 100 maiores negociantes do período pombalino. A sua competência era reconhecida pelo governo ao ponto de ser ele quem, de 1769 a 1779, averiguava a capacidade de escrituração por partidas simples dos mercadores candidatos à abertura de estabelecimentos de retalho em Lisboa.

Com excepção dos dois discursos proferidos por ocasião da inauguração de cursos da Aula do Comércio, em 1771 e 1776, Sales não publicou qualquer obra. O que sabemos do seu ensino é o que se pode apurar através dos apontamentos copiados pelos alunos que frequentaram as suas lições. As suas lições manuscritas, em especial a *Notícia Geral do Comércio* e a *Notícia Geral da Escrita Dobrada*, influenciaram centenas de alunos, tanto em economia política como em contabilidade. Ribeiro (1876, p. 18) referia que em 1834 os exames da Aula do Comércio ainda versavam sobre a *Notícia Geral do Comércio*. O tomo I do *Guarda-Livros Moderno* (1815), de Cabral de Mendonça (antigo aluno da aula), e a *Postilla do Comércio*, impressa em Paris pelo autor J.M.P e S., em 1817, são uma cópia da *Notícia Geral do Comércio*, mudando apenas a ordem das lições e omitindo-se uma ou outra.

Para utilidade dos estudos da Aula, Sales traduziu e adaptou para o caso português, a expensas da Junta do Comércio, um clássico de comércio da época: o *Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jacques Savary des Bruslons (1657-1716) (filho de Jacques Savary, 1622-1690).

Sales foi demitido em 1784 pela Junta do Comércio, órgão no qual pontificava como provedor João Henrique de Sousa. Não obstante, como argumentam Rodrigues e Craig (2009, 2010), Alberto Jaquéri de Sales foi um funcionário instrumental para o governo e os seus manuscritos e lições revelaram-se essenciais para a disseminação e implementação da ideologia mercantilista pombalina.

3.3 OS PRINCIPAIS INDICADORES DE ANÁLISE DA AULA DO COMÉRCIO

A tabela 1 sintetiza as principais características da Aula do Comércio relativas ao século XVIII.

3.4 PRIMEIRO LOCAL DE FUNCIONAMENTO

Como foi dito, a primeira morada da escola foi no Palácio dos Soares de Noronha, na antiga Rua da Fábrica das Sedas, em Lisboa. Neste local funcionou a Aula do Comércio no período de 1759 a 1768; portanto, ali tiveram lugar os dois primeiros cursos da aula e parte do terceiro, iniciado em 1767. O edifício, arrendado pela Junta do Comércio, localizava-se concretamente na confluência das antigas Rua (Direita) da Fábrica das Sedas (actual Rua da Escola Politécnica) e Travessa do Pombal (actual Rua da Imprensa Nacional).

Em 1 de Janeiro de 1769 a escola foi mudada para a Praça do Comércio (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas, Livro 384, fólho 13v*), sendo que o novo inquilino do antigo palácio passou a ser a Imprensa Régia, fundada em 1768. O edifício original (ver fotografia 1) foi demolido apenas em 1904 para dar lugar, em 1913, após as obras de construção, ao edifício da Imprensa Nacional, que ainda hoje existe na Rua da Escola Politécnica, em Lisboa.

A fotografia 1 mostra de forma inédita na temática da Aula do Comércio a primeira morada da mais antiga escola pública oficial de contabilidade de Portugal e, tudo assim o indica, do mundo.

Com uma meritória existência autónoma de 85 anos (1759-1844), a Aula, encontrada decadente em sede de reorganização do ensino liceal levada a efeito em 1844 pelo decreto orgânico da instrução pública de 20 de Setembro, de iniciativa de Costa Cabral, foi rebaixada ao nível de ensino secundário, passando a integrar a secção comercial do Liceu Nacional de Lisboa (GONÇALVES, 2011).

4 A LACUNA DETECTADA NA PESQUISA SOBRE TEXTOS IMPRESSOS DA AULA DO COMÉRCIO

No século XVIII a Aula do Comércio registou a abertura de 11 cursos. Esses cursos abriram em Lisboa nos anos de 1759 (1.º curso), 1763 (2.º curso), 1767 (3.º curso), 1771 (4.º curso), 1776 (5.º

curso), 1783 (6.º curso), 1787 (7.º curso), 1790 (8.º curso), 1792 (9.º curso), 1794 (10.º curso) e 1798 (11.º curso). De acordo com Sales (1761, tomo 1, *fólio 214*), João Henrique de Sousa pronunciou um “discurso eloquente” aquando da inauguração da Aula do Comércio em 1 de Setembro de 1759. Contudo, não foram até ao momento encontrados vestígios da impressão do texto.

Tabela 1. Características principais da aula do comércio (século XVIII).

#	Indicador	Resposta	Análise e comentários
1	Data de fundação	19 de Maio de 1759	Data do alvará de confirmação dos estatutos pelo rei D. José I.
2	Data de proposta dos estatutos	19 de Abril de 1759	Os estatutos teriam de ser aprovados por disposição régia, o que sucedeu precisamente um mês depois.
3	Período de actividade	1759-1844	Em 1844, a escola foi anexada ao Liceu de Lisboa, como sua secção comercial.
4	Provedor da Junta do Comércio	José Francisco da Cruz (1717-1768)	Conhecido elemento da família <i>dos Cruzes</i> , muito protegida por Pombal. Era o provedor da Junta do Comércio à data da fundação da Aula do Comércio.
5	Localização	Lisboa	A escola mudou de localização diversas vezes, mas funcionou na Praça do Comércio na maior parte da sua existência. Todavia, a primeira morada da Aula do Comércio não foi na Praça do Comércio.
6	Primeira morada da Aula do Comércio	Palácio dos Soares de Noronha	De 1759 a 1768 (1.º curso, 2.º curso e parte do 3.º curso) esteve localizada no Palácio dos Soares de Noronha, situado na Rua da Fábrica das Sedas, à Cotovia (actual Rua da Escola Politécnica, em Lisboa). O Palácio Soares de Noronha também era conhecido pelas seguintes designações, de entre outras: Solar dos Soares de Noronha, Palácio dos Noronhas, Solar dos Soares da Cotovia e Solar dos Soares. A Junta do Comércio estava também aqui instalada desde 1758. A renda do edifício era paga a favor do proprietário Rodrigo de Noronha e Meneses e era, em 1762 de 1:250\$000 réis/ano (SANTANA, 1970b). De frente, a partir de 1766, situava-se o Colégio Real dos Nobres (GONÇALVES et al., 2017).
7	Data de abertura	1 de Setembro de 1759	D. José I não marcou presença, mas Pombal sim, bem como todos os membros da Junta do Comércio (SALES, 1761, tomo 1, <i>fólio 214</i>). Estiveram presentes também os membros do governo de D. José I, colegas de Pombal no executivo (SALES, 1761, tomo 1, <i>fólio 214</i>). O governo de D. José I era composto, em 1 de Setembro de 1759 por: Pombal (secretário de Estado dos Negócios do Reino [na verdade, ainda era Conde de Oeiras, apenas]; Luís da Cunha Manuel (1703-1775) (secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra); Tomé Joaquim da Costa Corte Real (?-1761) (secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos); e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) (secretário de Estado adjunto de Pombal; este governante era irmão de Pombal).
8	Duração dos cursos	3 anos	O tempo de aprendizagem era inicialmente de 3 anos. Em 1794 a duração passa a 2 anos (SANTANA, 1994, p. 114), independentes entre si.
9	Estrutura curricular	Aritmética, Geometria e Contabilidade. Noções de comércio. Economia Política.	A Aritmética também se estudava com aplicações ao comércio: redução de pesos, redução de medidas estrangeiras, câmbios, moedas, seguros, fretamentos, comissões, juro composto. A Geometria também se ensinava, mas não vinha referida nos estatutos.
10	Contabilidade por partidas dobradas?	Sim	Matéria obrigatória, em conformidade com os estatutos. Os alunos aplicavam-se no Borrador, no Diário, no Razão e nos Livros Auxiliares.

Fonte: Elaboração própria.



Fotografia 1. Aula do comércio, 1759-1768. Edifício da aula do comércio no período de 1 de setembro de 1759 a dezembro de 1768: Palácio dos Soares de Noronha. (A casa da aula do comércio estava instalada no piso térreo – rés-do-chão.) Ano da fotografia: 1894.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico (AMLF). Palácio dos Soares de Noronha. Ano: 1894. Antigo edifício da Imprensa Nacional (demolido em 1904). Fotografia de José Artur Leitão Bácia, A7674.

A literatura reconhece que dos diversos cursos da Aula do Comércio apenas dois deles tiveram direito a um discurso inaugural que foi ao prelo: as orações de sapiência relativas ao quarto curso da Aula do Comércio (1771-1774) e ao quinto curso (1776-1783). Santana (1986c, p. 34) refere que a '*Oração para a Abertura do 4.º Curso*' (título simplificado) é um dos elementos certamente mais conhecidos da Aula do Comércio. De facto, o pequeno folheto impresso em 1771 corresponde a um dos textos mais bem documentados da Aula do Comércio, tendo sido inclusivamente objecto de análise e leitura em 2009 no *II Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC)* (cf. GOMES, 2009) e de reprodução integral em 2012 por uma publicação científica brasileira (cf. DIAS, 2012), o que sinaliza o interesse que a literatura tem dedicado aos escritos relacionados com a instituição que Pombal ajudou a fundar em 1759. Também Rodrigues, Gomes e Craig (2004, p. 61)

mencionaram o documento de Sales de 1771, aquando da publicação do primeiro artigo internacional de história da contabilidade por parte de académicos portugueses.

Numerosos autores referem a edição/impressão da '*Oração para a Abertura do 5.º curso*' (título simplificado) (e.g.: AZEVEDO, 1961, p. 24; CARDOSO, 1984, p. 101; RIBEIRO, 1871, p. 280; SERRÃO, 1982b, p. 250-251; SILVA⁴, 1867, p. 23), mas até ao momento, por uma razão qualquer, o documento nunca foi apresentado na literatura de forma integral. O texto foi impresso em 1776 (a expensas da Junta do Comércio), mas, por circunstâncias desconhecidas, o opúsculo parece não constar do acervo documental das principais bibliotecas nacionais;

⁴ A referência Silva (1867) pertence a Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), autor do monumental *Dicionário Bibliográfico Português*. Inocêncio refere que era proprietário de um exemplar impresso da '*Oração para a Abertura do 5.º Curso*' (SILVA, 1867, p. 23). Assinale-se a feliz coincidência de Inocêncio ter sido aluno da Aula do Comércio, diplomado em 1830 (SILVA, 1859, p. 221-222).

e tampouco a localização do folheto é fornecida pela literatura de forma precisa, pelo menos tanto quanto é do nosso conhecimento. De facto, a consulta directa nos catálogos electrónicos dessas bibliotecas não devolve o resultado expectável, tanto mais quanto se sabe que o folheto foi impresso autonomamente na oficina (impressão) de António Rodrigues Galhardo, em 1776.

Em 21 de Agosto de 1776 o lente Sales apresentava o discurso inaugural por ocasião da abertura de mais um triénio de aprendizagem de comércio e contabilidade. Nesse ano, a Aula do Comércio promovia o seu quinto curso, aquele

que veio a registar o maior número de alunos matriculados da história da instituição, 307 no total (CARDOSO, 1984; SANTANA, 1985).

5 A ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA, 1776: O DISCURSO (E O COMENTÁRIO AO DISCURSO) DE ALBERTO JAQUÉRI DE SALES

O documento-texto que abaixo se reproduz faz parte do acervo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, como oportunamente se expôs.

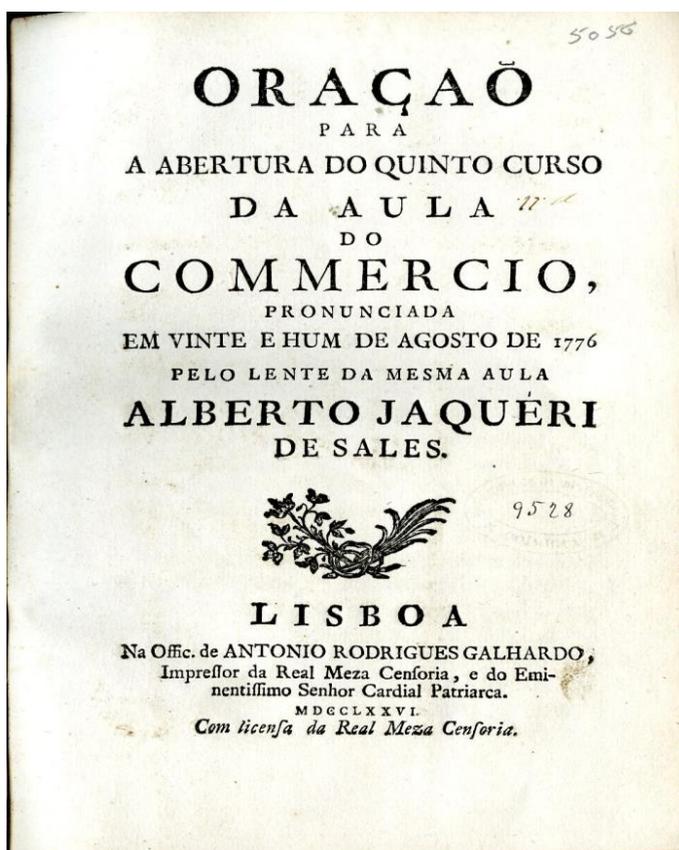


Figura 1. Folha de rosto da 'Oração para a Abertura do Quinto Curso da Aula do Comércio' (21 de Agosto de 1776).

Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Catálogo de Miscelâneas, Miscelânea 306, n.º 5056.

Se de falar em público, foi sempre árduo o empenho, quanto não deve ser o meu bem fundado receio, e justo temor; quando, no meio do mais íntimo prazer, comparo a extrema fraqueza do meu engenho, com a vastidão e

sublimidade do assunto; para poder celebrar, com as vozes da verdadeira eloquência a abertura do quinto curso da Aula do Comércio: e para poder pintar, com as mais vivas cores, a nossa incomparável felicidade, neste

faustíssimo e suspirado dia? Dia este para sempre memorável nos fastos [na história] da monarquia portuguesa, em que vimos sair à luz do mundo, o objecto precioso das nossas esperanças, e dos nossos ardentes desejos, o SERENÍSSIMO SENHOR D. JOSÉ⁵, PRÍNCIPE DA BEIRA [maiúsculas no documento original]. A grandeza do seu ânimo, a bondade do seu coração, suas brilhantes virtudes, generosas disposições e sublimes inclinações, nos seus tenros anos e na sua elevada situação, são juntamente o mais seguro e interessante penhor da nossa ventura; e da perpétua sucessão da sua AUGUSTÍSSIMA CASA, NO REAL TRONO [maiúsculas no documento original] destes felicíssimos reinos; como todos ardentíssimamente desejamos e imploramos.

Que bem fundada não deve pois ser a alegria e eterna a gratidão de todo o corpo desta Aula em particular? Congratulando-se da sua incomparável ventura, na honrosíssima graça de celebrar-se este acto no dia de tão festivas aclamações e de tão favoráveis auspícios. E que generosos estímulos não se devem esperar destes discípulos em concorrerem com a sua boa aplicação e incansáveis estudos para eternizar a glória da sua nação, achando-se animados e intimamente penetrados os seus corações do justo e devido reconhecimento de tão exultante benefício?

À sombra de tão propícia e nunca assaz aplaudida época, é que se dá princípio ao novo curso desta Aula, estabelecida para nela se ensinar a Ciência do Comércio. Ciência que, sendo fundada na segura base das Matemáticas (o mais evidente dos conhecimentos humanos) deriva uma nova importância da sua natureza e do seu objecto. Vejo desenvolver-se o entendimento à luz das verdades que se lhe demonstram; e a razão sair do cativeiro da confusão originada da falta de cálculo e de método. Vejo, na

prática do Comércio, as fontes inexauríveis e o princípio único da opulência em que se fundam os sólidos progressos da Agricultura, das Manufacturas e da Navegação, e de onde dimanam a perfeição das Artes, as invenções novas, o adiamento de todas as outras ciências. E, por isto mesmo, a fama das nações, o poder dos Estados, o respeito dos reinos, a conservação das monarquias e a felicidade dos povos. Uma ciência, finalmente, que longe de ser sujeita a experimentar alguma revolução prejudicial, se perpetuará firme até ao fim dos séculos, porque, enquanto houver homens, existirão sempre entre eles uma mútua dependência, e uma necessária comunicação dos bens da natureza e da indústria.

Este numeroso concurso de alunos, que se acham qualificados para serem admitidos ao estudo desta importante ciência, mostra o quanto toda a nação está intimamente persuadida da sua sólida utilidade e dos perduráveis frutos que se esperam do exercício do mesmo comércio para a república mercantil, em geral, e para a Pátria, em particular.

Não vos lisonjeeis, porém, amados discípulos, com a enganosa ideia de que basta frequentar esta Aula para corresponder à expectativa [expectativa] pública e para merecer, com este título, o vosso adiamento. Persuadi-vos, muito pelo contrário, na forma declarada nos vossos provimentos, e no Aviso que logo vos será lido, que só pela vossa diligente aplicação, pela vossa emulação e pelos vossos progressos, podereis conseguir os frutos das vossas louváveis fadigas. Estudai pelo próprio interesse para que tenhais sempre um seguro asilo no fundo da vossa mesma doutrina, que sirva para vos eximir das perdas e dos trabalhos a que a ignorância condena uma grande parte dos homens.

Mostrei-vos sempre penetrados dos sentimentos da mais viva gratidão à MAJESTADE SOBERANA DO NOSSO AUGUSTÍSSIMO MONARCA [maiúsculas no documento original], que se tem dignado instituir e fundar, com tanta grandeza, esta utilíssima Academia e que, como especial Protector do Comércio destes reinos, tem feito completa a vossa esperada felicidade pelas sábias e benignas disposições da Lei de 30 de Agosto de 1770.

⁵ Trata-se de uma referência ao príncipe D. José (1761-1788), neto de D. José I e filho primogénito da futura rainha D. Maria I. No dia da inauguração do quinto curso da Aula do Comércio, 21 de Agosto de 1776, o príncipe D. José comemorava o seu 15.º aniversário, pois nascera em 21 de Agosto de 1761. Na medida em que representou uma situação que contribuiu para a instabilidade de D. Maria I, tem cabimento dizer que o príncipe D. José morreu com um ataque de varíola, apesar de já se conhecer a vacina contra a doença (CARVALHO, 2008, p. 495); os médicos quiseram vaciná-lo, mas D. Maria I opôs-se, porque a Igreja Católica não permitia que os fiéis fossem vacinados (*ibidem*).

Reconhecei, com a mais agradecida lembrança, a singular protecção com que o maior MINISTRO⁶ DE ESTADO [maiúsculas no documento original] que tem a Europa, favorece esta Aula; e a generosíssima benevolência com que se digna atender ao vosso adiantamento. Procurai, pois, de constituir-vos, cada vez mais dignos do alto patrocínio do mesmo incomparável Ministro, cujo glorioso e brilhante ministério se fará para sempre memorável nos fastos da História, pelas inimitáveis e providentíssimas direcções com que promove, em toda a monarquia, o mais acertado e triunfante governo.

Nunca vos esqueçais do muito que deveis ao Tribunal da Junta do Comércio pela grande vigilância e incansável cuidado com que atende à vossa instrução; e pelo seu constante desejo de premiar os vossos bons estudos, procurando fazer-vos úteis a vós, às vossas famílias, e ao público, não somente com as lições próprias desta Aula, mas com todas as mais instruções civis, que ornando o espírito, distinguem e acreditam os homens.

Fazei, finalmente, os vossos maiores esforços para que se seja frutuosa a execução, que a mim me compete, para infundir-vos todas estas louváveis doutrinas, como já proveitosamente elas se têm infundido nos vossos predecessores, que vos proponho para o exemplo, que deveis imitar.

Eu, pela minha parte, não cessarei de empregar-me, com o mais zeloso e constante desvelo, na boa direcção e no crédito desta Aula, para que dela continuem de resultar os saudáveis efeitos que se têm experimentado e que se devem sucessivamente esperar deste utilíssimo estabelecimento, para se perpetuar nesta nação, com princípios certos e invariáveis, a ciência teórica e Prática do Comércio.

Disse.

O texto da oração de sapiência tem correspondência com o ideário pombalino ainda em vigor à época. Estamos em presença de um escrito hiperbólico, encomiástico e panfletário, como era apanágio da literatura do tempo.

Todavia, a conclusão não surpreende e deve ser entendida à luz do contexto histórico em que o discurso foi proferido, isto é, a oração é um reflexo do sistema de ideias e políticas governamentais em curso em Portugal à época. Em termos políticos, económicos e sociais, o comércio era considerado a mais importante das actividades económicas, a partir da qual todos os outros sectores beneficiariam. Apesar da fisiocracia de François Quesnay (1694-1774) ser já o pensamento económico dominante em França e de 1776 marcar o ano de publicação da *Riqueza das Nações* de Adam Smith (1723-1790), em Portugal ainda não se fazia sentir a influência das ideias fisiocratas, do liberalismo económico e do comércio livre.

As noções mercantilistas veiculadas por Sales registavam o apoio implícito de todos, em especial do rei D. José I (o protector do comércio), de Pombal e da Junta do Comércio. Como estavam assegurados privilégios para os diplomados do comércio, por intermédio das “sábias e benignas disposições da [Carta de] Lei de 30 de Agosto de 1770” (ver texto de Sales, acima), isto mostra como estavam ainda muito afastados das influências de Smith e de Quesnay os alunos de Sales, futuros quadros de instituições públicas e privadas de finais do século XVIII/inícios do século XIX (cf. ALMODOVAR; CARDOSO, 2012, p. 191).

A referência final neste comentário à oração pronunciada por Sales em 1776 prende-se com o primado do Estado e da pátria sobre o indivíduo, ideia fulcral daquilo que se convencionou posteriormente designar por Mercantilismo: os estadistas e autores mercantilistas viam nos súbditos do Estado meios para um fim e o fim era o poder do próprio Estado (cf. PEDREIRA, 1992, p. 194) para felicidade de todos.

6 CONCLUSÃO

O artigo pretendeu constituir uma réplica ao repto de Rodrigues, Carqueja e Ferreira (2016) para que se possa dispor de um espólio documental de antigos documentos da Aula do Comércio, devidamente catalogado e organizado, com especial referência a manuscritos dos lentes e de

⁶ Nesta passagem, Sales refere-se a Pombal, secretário de Estado de D. José I, tratando-o por ministro, o que era prática costumeira na altura.

antigos aulistas. Alargámos o leque a textos impressos, contribuindo com a publicação de um discurso inaugural proferido em 1776 pelo lente Alberto Jaquéri de Sales, por ocasião da abertura do quinto curso da Aula do Comércio.

Este trabalho adoptou uma dimensão da contabilidade abrangente. Assume-se que a contabilidade não tem apenas uma faceta quantitativa ou de ordem numérica; também pode ser constituída por textos produzidos por professores de contabilidade, no caso concreto, por um professor de contabilidade por partidas dobradas, talvez o primeiro a exercer esse magistério em Portugal. Desde o século XVI que na Europa o uso da contabilidade por partidas dobradas é considerado exemplo de boa gestão, quer nos governos, quer nos negócios (SOLL, 2014, p. 10). A contabilidade por partidas dobradas leccionada e aprendida na Aula do Comércio foi fundamental para os propósitos de Pombal relacionados com o controlo da gestão das organizações nas quais se encontrava obrigatoriamente instituída por força dos estatutos societários. “O Marquês de Pombal, um estudioso da governação, compreendeu que a contabilidade por partidas dobradas era fundamental para os programas de modernização do Estado” (SOLL, 2014, p. 11).

Sob o ponto de vista da contribuição teórica da pesquisa, esta valida, em grandíssima parte, a teoria⁷ pré-existente sobre a Aula do Comércio de Lisboa, designadamente o corpo de conhecimentos prevaletentes que explicam e interpretam a ordem dos factos associados à escola, como sejam a importância da acção do Marquês de Pombal para a fundação da instituição e o protagonismo dos lentes de contabilidade como agentes da política mercantilista em vigor na época.

Em fecho, o registo de uma sugestão para a sociedade. Entre outros aspectos, este estudo centrou a atenção em dois negociantes setecentistas, figuras gradas da administração pública após as suas chegadas a Lisboa em

1755, homens de negócio renovadores de métodos contabilísticos e professores de um ensino pioneiro em Portugal, João Henrique de Sousa e Alberto Jaquéri de Sales. Como tal, na esteira de Santana (1970a, p. 4), aqui se reproduz à sociedade um repto já com mais de 45 anos: não mereciam estes professores de contabilidade ver os seus nomes num canto de rua ou, sobretudo, na frontaria de uma escola secundária em Portugal?

FONTES, LEGISLAÇÃO E REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Real Fábrica das Sedas e Fábricas Anexas

Livro 384, fólio 13v. [Aviso para que a Junta do Comércio, no dia 1 de Janeiro de 1769, principiase a sua habitação nas casas da Praça do Comércio, estabelecendo-se nela a Aula do Comércio, a Casa dos Seguros, a Mesa do Bem Comum dos Mercadores e a Assembleia dos Negociantes].

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Códices 13104, 13105, 13106, 13107 – *Dicionário do Comércio*. [4 volumes. Autoria atribuída a Alberto Jaquéri de Sales; as datas dos manuscritos indiciam cópias executadas entre 1761 e 1773.]

FONTES IMPRESSAS

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

Catálogo de Miscelâneas, Miscelânea 306, n.º 5056 [Oração para a Abertura do Quinto Curso da Aula do Comércio, ano 1776 ...].

Catálogo de Miscelâneas, Miscelânea 503, n.º 8575 [Elogio a João Henriques de Sousa por Anónimo, ano 1764...].

⁷ Adopta-se aqui o conceito de teoria esboçado em Carqueja (2007, p. 10): “ao termo teoria pode corresponder [...] as ideias de explicação abrangente [...] e de princípios ou opiniões sistematizadas”.

FONTE FOTOGRÁFICA

Arquivo Municipal de Lisboa – Fotográfico (AMLF)

Palácio dos Soares de Noronha. Ano: 1894. Antigo edifício da Imprensa Nacional, fotografia de José Artur Leitão Bárcia, A7674.

LEGISLAÇÃO (ORDEM CRONOLÓGICA)

Alvará Real de 7 de Junho de 1755 – Estatutos (gerais) da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 376-391).

Alvará Real de 10 de Setembro de 1756 – Estatutos (gerais) da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 426-442).

Decreto de 12 de Dezembro de 1756 – Estatutos da Junta do Comércio. Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 458-479).

Alvará Real de 6 de Agosto de 1757 – Estatutos da Real Fábrica das Sedas (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 540-545).

Alvará Real de 19 de Maio de 1759 – Estatutos da Aula do Comércio (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação

Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 655-660).

Alvará Real de 13 de Agosto de 1759 – Estatutos (gerais) da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 695-713).

Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 – Instituição do Erário Régio e Extinção da Casa dos Contos. Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1830 (p. 816-835).

Alvará Real de 15 de Janeiro de 1773 – Estatutos da Companhia Geral das Reais Pescarias do Reino do Algarve (data da aprovação régia dos Estatutos). Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: Tipografia Maignense. Ano 1829 (p. 631-639).

REFERÊNCIAS

ALMODOVAR, A.; CARDOSO, J. L. Textbooks and the teaching of political economy in Portugal, 1759-1910. In: AUGELLO, M. M.; GUIDI, M. E. L. (coords). **The Economic Reader – Textbooks, Manuals and the Dissemination of the Economic Sciences During the Nineteenth and Early Twentieth Centuries**. New York: Routledge, 2012. p. 189-213.

AMORIM, J. **Digressão Através do Vetusto Mundo da Contabilidade**. Porto: Livraria Avis, 1968.

ANÓNIMO. **Ao Senhor João Henriques de Sousa, Primeiro Professor Público que foi da Real Aula do Comércio de Lisboa e Escrivão do Tesoureiro-Mor do Régio Erário**. Lisboa:

Oficina de Pedro Ferreira, 1764.

AZEVEDO, M. C. **A Aula do Comércio, Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico Profissional Oficialmente Criado no Mundo**. Lisboa: Escola Comercial Ferreira Borges, 1961.

BONAVIE, J. B. **Mercador Exacto nos seus Livros de Contas** [...]. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1758.

CAIADO, A. P. The teaching of accounting in Aula do Comércio (1759-1844)". Comunicação apresentada ao **8th World Congress of Accounting Historians** (Madrid, 19-21 Jul.), 2000, p. 1-9.

CARDOSO, J. L. Uma 'notícia esquecida': o ensino da Economia na Aula do Comércio. **Estudos de Economia** 5(1), p. 87-112. 1984.

CARQUEJA, H. O. Os livros portugueses até início do século XX. **Revista de Contabilidade e Comércio** 226, p. 206. 2000.

CARQUEJA, H. O. Teoria da contabilidade: uma interpretação. **Tékhnē – Revista de Estudos Politécnicos** 4(7), p. 7-40. 2007.

CARQUEJA, H. O. **Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário. Fac-Símile e Leitura**. Lisboa: OTOC, 2010.

CARQUEJA, H. O. "Mercador Exacto" – primeiro livro, impresso, em português sobre partidas dobradas. **Revista Portuguesa de Contabilidade** 4, p. 609-644. 2011.

CARVALHO, R. **História do Ensino em Portugal** – desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano. 4.^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.

DIAS, T. A. Oração da abertura do quarto curso da aula do comércio proferida pelo professor Alberto Jaquéri de Sales, em 15 de Fevereiro de 1771. **Revista Educação em Questão** 42(28), p. 338-341. 2012.

ESTEVENS, M. Classe média: o universo provável dos discentes da Aula do Comércio?. **Revista de Contabilidade & Finanças** [Lisboa, Portugal] 99, p. 4-8. 2009.

FARIA, A. R. A investigação em história da contabilidade em Portugal, 1990-2003: um estudo empírico. In: GUIMARÃES, J. C. (org.) **História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens**. Lisboa: Áreas Editora, 2005. p. 199-249.

FERREIRA, L.; KEDSLIE, M.; FREITAS, M. V. The history of Accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio". Comunicação apresentada ao **18th European Accounting Association Annual Congress** (Birmingham, 10-12 Mai.), 1995. p. 1-22.

FRANCO, A. L.; PAIXÃO, J. C. **Magistrados, Dirigentes e Contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o Precederam – Finais do século XVIII a 31-12-1992**. Lisboa: Tribunal de Contas, 1995.

GOMES, D. **Accounting Change in Central Government – the Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)**. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão. **Tese** de Doutoramento em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade, 2007.

GOMES, D. A Aula do Comércio e a sua importância para a profissão de contabilista". Comunicação apresentada ao **II Encontro de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas** (Lisboa e Santa Maria da Feira, 5-6 Jun.), 2009, p. 1-27.

GOMES, D.; CARNEGIE, G. D.; RODRIGUES, L. L. Accounting change in central government: the adoption of double entry bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761). **Accounting, Auditing and Accountability Journal** 21(8), pp. 1144-1184. 2008.

GOMES, D.; CARNEGIE, G. D.; RODRIGUES, L. L. Accounting as a technology of government in the Portuguese Empire: the development, application and enforcement of accounting rules during the pombaline era (1761-1777). **European Accounting Review** 23(1), p. 87-115. 2014.

GONÇALVES, M. Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e estudantes de Contabilidade (Parte I). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 127, p. 56-64. 2010a.

GONÇALVES, M. Escola de Comércio e memória histórica dos primeiros professores e

- estudantes de Contabilidade (Parte II). **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 128, p. 47-54. 2010b.
- GONÇALVES, M. Análise estatutária das normas atinentes à regulação da Aula de Comércio de Lisboa (1759): uma reflexão adicional. **Jornal de Contabilidade** 399, p. 164-167. 2010c.
- GONÇALVES, M. Bosquejo de uma sucinta História da Contabilidade em Portugal até à fundação da primeira escola de Comércio e Contabilidade (1759). **Revista Universo Contábil** 6(4), p. 89-103. 2010d.
- GONÇALVES, M. Explorando a relação Ensino-Contabilidade: genealogia da Aula de Comércio Lisboaeta, 1759. **Revista de Contabilidade & Finanças** [Lisboa, Portugal] 104, p. 4-12. 2011.
- GONÇALVES, M. Emergência e desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas. Traços gerais de um homem de negócios da praça de Lisboa: José Francisco da Cruz, tesoureiro-geral do Erário Régio português, 1761. **Revista Portuguesa de Contabilidade** 3(12), p. 669-696. 2013a.
- GONÇALVES, M. Double entry bookkeeping in 18th century Portugal: José Francisco da Cruz – a forgotten contributor. Comunicação apresentada à **7th Accounting History International Conference** (Sevilha, 25-27 Set.), 2013b, p. 1-20.
- GONÇALVES, M. Relação dos primeiros contabilistas formados em Portugal por via institucional (1759-1763: Aula do Comércio de Lisboa). **De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History** 13(25), p. 91-111. 2016.
- GONÇALVES, M. Contribuição para a história da profissão contabilística em Portugal: o primeiro guarda-livros com diploma escolar (1771). **De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History** 14(26), p. 27-58. 2017.
- GONÇALVES, M.; LIRA, M.; MARQUES, C. Finanças públicas e Contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do Erário Régio Português, 1761. **Revista Universo Contábil** 9(2), p. 142-173. 2013.
- GONÇALVES, M.; MARQUES, C. Portugal, 1761: the role of the businessman José Francisco da Cruz (1717-1768) in the development of accounting. **Accounting and Financial History Research Journal** 8, p. 239-259. 2015.
- GONÇALVES, M.; RIBEIRO, S. M. Portugal, 1759-1772: a mão visível? Instituição do sistema educativo estatal, com especial referência a Pombal e ao ensino da contabilidade. **Revista Universo Contábil** 11(3), p. 169-189. 2015.
- GONÇALVES, M.; RIBEIRO, S. M.; MARQUES, M. C.; LIRA, M. Introdução ao modelo de gestão de uma organização portuguesa do Antigo Regime, com particular referência à sua contabilidade: o Colégio Real dos Nobres (1766). **Enfoque: Reflexão Contábil** 36(2), p. 39-57. 2017.
- GONÇALVES da SILVA, F. V. Luca Pacioli: o homem e a obra. **Revista de Contabilidade e Comércio** 61/62, p. 5-27. 1948a.
- GONÇALVES da SILVA, F. V. Curiosidades e velharias: o livro de João Baptista Bonavie. **Revista de Contabilidade e Comércio** 63, p. 226-227. 1948b.
- GONÇALVES da SILVA, F. V. Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal. **Revista de Contabilidade e Comércio** 187/192, p. 503-514. 1984.
- GONÇALVES da SILVA, F. V. **Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas**. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Império, 1985.
- GORDON, C. **The Institute of Chartered Accountants in England and Wales. Library Catalogue, Volume Two: the Bibliography of Bookkeeping**. London: ICAEW, 1937.
- GUIMARÃES, J. C. (org.) **História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens**. Lisboa: Áreas Editora, 2005.
- HERNÁNDEZ ESTEVE, E. Portuguese and Spanish languages traditions. In: BIONDI, Y.; ZAMBON, S. (eds.) **Accounting and Business Traditions – Insights from National Traditions**. New York: Routledge, 2013. p. 443-484.
- J. M. P. e S. **Postila do Comércio**. Paris: Oficina Tipográfica de Firmin Didot, 1817.
- JÚNIOR, J. R. **Colonização e Monopólio no**

Nordeste Brasileiro. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

LIRA, M. Breve análise de um manuscrito do século XVIII: *Arte da Escritura Dobrada*, para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho. **Jornal de Contabilidade** 405, p. 367-374. 2010.

LIRA, M. O ensino da Contabilidade em Portugal no século XVIII: a Aula do Comércio. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade** 5(1), p. 50-72. 2011.

MACEDO, J. B. Pombal, Marquês de (1699-1782). In: SERRÃO, J. (org.) **Dicionário de História de Portugal** (vol. 3). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971. p. 415-423.

MACEDO, J. B. **A Situação Económica no Tempo de Pombal**. 2.^a ed. Lisboa: Moraes Editores. 1982.

MACEDO, J. B. Junta do Comércio. In: SERRÃO, J. (org.) **Dicionário de História de Portugal** (vol. 2). Porto: Figueirinhas, 1984. p. 106-108.

MACHADO, C. A importância das reformas pombalinas do ensino na evolução da Contabilidade. **Revista de Contabilidade & Finanças** [Lisboa, Portugal] 98, p. 4-8. 2009.

MAGALHÃES, A. C. **A Real Fábrica das Sedas e o Comércio Têxtil com o Brasil (1734-1822)**. Lisboa: Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras. **Dissertação** de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. 2010.

MARCOS, R. **As Companhias Pombalinas** – Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal. Coimbra: Almedina, 1997.

MARTINS, E. A Aula do Comércio. **Revista de Contabilidade e Comércio** 19, p. 262-265. 1937.

MARTINS, E. Ensaio de bibliografia portuguesa de Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Comércio** 47/48, p. 260-278. 1984.

MARTINS, E. **A Aula do Comércio – 1759**. Lisboa: [s.n.], 1960.

MENDONÇA, M. T. C. **O Guarda-Livros Moderno** (vol. 1). Lisboa: Impressão Régia, 1815.

MOREIRA, A. **Inventário do Fundo Geral do Erário Régio** – Arquivo do Tribunal de Contas. Lisboa: Tip. Minerva do Comércio, 1977.

MOREIRA, A. O regimento secretíssimo da Real Fábrica das Sedas – 1757. Subsídios para a história da sericultura em Portugal. **Revista da Biblioteca Nacional** 3(1-2), p. 75-104. 1983.

NEVES, J. A. **Noções Históricas, Económicas e Administrativas sobre a Produção e Manufatura das Sedas em Portugal e Particularmente sobre a Real Fábrica do Subúrbio do Rato e suas Anexas**. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

OLIVEIRA, I. G. A Contabilidade da Real Companhia Velha no período pombalino (1756-1777). **Jornal de Contabilidade** 392, p. 361-374. 2009.

OLIVEIRA, J. M. **A Contabilidade e o Equilíbrio de Interesses: o caso da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1826)**. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Economia. **Tese** de Doutoramento em Ciências Empresariais, área de Contabilidade. 2013.

PEDREIRA, J. Os manuais de negociantes em Portugal (1750-1820): «economia moral» e economia política. In: AA. VV. **Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico** (org. de José Luís Cardoso e António Almodovar) (p. 173-201). Lisboa: Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP). 1992.

PEDREIRA, J. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo. Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. **Tese** de Doutoramento em Sociologia, especialização em Sociologia e Economia Históricas. 1995.

PEQUITO, R. A. **Curso de Contabilidade Comercial**. Lisboa: Livraria Pacheco & Carmo, 1875.

PINTO, O.; WEST, B. Accounting, slavery and social history: the legacy of an eighteenth-century Portuguese chartered company. **Accounting History** 22(2), p. 141-166. 2017a.

PINTO, O.; WEST, B. ACCOUNTING AND THE HISTORY OF THE EVERYDAY LIFE OF

CAPTAINS, SAILORS AND COMMON SEAMEN IN EIGHTEENTH-CENTURY PORTUGUESE SLAVE TRADING. **ACCOUNTING HISTORY** 22(3), P. 320-347. 2017B.

RATTON, J. **Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810**. Londres: H. Bryer, 1813.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (org.); LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B.; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. B. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática**. 3.^a ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBEIRO, J. S. **Historia dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia** (vol. 1). Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

RIBEIRO, J. S. **Historia dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia** (vol. 6). Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1876.

RICARDINO, Á. A contabilidade na Aula de Comércio de Portugal em 1765: diferenças e semelhanças com a contabilidade actual. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade** 6(3), p. 316-342. 2012.

RICARDINO, Á.; MARTINS, S. T. A. Governança corporativa: um novo nome para práticas antigas?. **Revista Contabilidade & Finanças** [São Paulo, Brasil] 15(36), p. 50-60. 2004.

RODRIGUES, L. L. Entrevista à Prof.^a Lúcia Lima Rodrigues. In: PINTO, J. **O Ensino da Contabilidade na FEP – o Contributo do Prof. J. A. Sarmiento**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Economia. **Dissertação** de Mestrado em Contabilidade, p. 119-129. 2009.

RODRIGUES, L. L.; CARQUEJA, H. O.; FERREIRA, L. F. Double-entry bookkeeping and the manuscripts dictated in the Lisbon School of Commerce. **Accounting History** 21(4), p. 489-511. 2016.

RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Teachers as

servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784. **Critical Perspectives on Accounting** 20(3), p. 379-398. 2009.

RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Os dois primeiros professores da Aula de Comércio e a ideologia do Estado. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas** 126, p. 44-55. 2010.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D. Evolução da profissão dos TOC em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias. **Jornal de Contabilidade** 302, p. 131-141. 2002.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D.; CRAIG, R. Corporatism, Liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755. **The Accounting Historians Journal** 30(1), p. 95-128. 2003.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D.; CRAIG, R. Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the 'Enlightenment'. **Accounting History** 9(3), p. 53-71. 2004.

RODRIGUES, L. L.; RICARDINO, Á.; MARTINS, S. T. A. "Corporate governance regulations": a new term for an ancient concern? The case of Grão Pará and Maranhão General Trading Company in Portugal (1754). **Accounting History** 14(4), p. 405-435. 2009.

RODRIGUES, L. L.; SANGSTER, A. 'Public-Private Partnerships': the Portuguese General Company of Pernambuco and Paraíba. **Business History** 54(7), p. 1142-1165. 2012.

RODRIGUES, M. B. A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (Parte 1). **Jornal de Contabilidade** 232, p. 185-188. 1996a.

RODRIGUES, M. B. A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (Parte 2). **Jornal de Contabilidade** 233, p. 222-223. 1996b.

RODRIGUES, M. B. A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (Parte 3). **Jornal de Contabilidade** 235, p. 277-279. 1996c.

RODRIGUES, M. B. A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (Parte 4). **Jornal de Contabilidade** 236, p. 309-311. 1996d.

RODRIGUES, M. B. A Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário (Parte 5). **Jornal de Contabilidade** 237, p. 345-346. 1996e.

RODRIGUES, M. B. Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 sobre a extinção dos Contos e a criação do Real Erário. **Revista de Contabilidade e Comércio** 226, p. 361-414. 2000.

RODRIGUES, M. B. **O Erário Régio e as Contas do Reino no ano de 1765: o Poder e a Contabilidade**. Lisboa: ISCTE; Departamento de História. **Dissertação** de Mestrado em História Moderna e Contemporânea. 2011a.

RODRIGUES, M. B. Os homens do Erário Régio. **Pecunia** 13 [Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales de la Universidad de León], p. 59-81. 2011b.

ROSSA, W. **Além da Baixa – Indícios de Planeamento Urbano na Lisboa Setecentista**. Lisboa: Ministério da Cultura (Instituto Português do Património Arquitectónico), 1998.

SALES, A. J. **Dicionário do Comércio**. Manuscrito (4 tomos). Biblioteca Nacional de Portugal. 1761-1773.

SALES, A. J. **Oração que com o Motivo da Abertura do Quarto Curso da Aula do Comércio fez Alberto Jaquéri de Sales em 15 de Fevereiro de 1771**. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1771.

SALES, A. J. **Oração para a Abertura do Quinto Curso da Aula do Comércio pronunciada em vinte e um de Agosto de 1776 pelo Lente da mesma Aula Alberto Jaquéri de Sales**. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1776.

SANTANA, F. Um notável setubalense ausente do trípico de Luciano – João Henriques de Sousa. In **Notícias de Setúbal** 431, 17 de Outubro de 1970, p. 1 e p. 4. 1970a.

SANTANA, F. Locais de funcionamento da Aula do Comércio. **Revista Municipal – Lisboa** 126/127, p. 23-34. 1970b.

SANTANA, F. **Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio**. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio, 1974.

SANTANA, F. A Aula do Comércio: uma escola burguesa em Lisboa. **Ler História** 4, p. 19-30. 1985.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. I – antecedentes. **Lisboa – Revista Municipal** (2a série) 15, p. 19-32. 1986a.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. II – relance sobre a vida de uma escola. **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 16, p. 18-37. 1986b.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 1). **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 18, p. 24-39. 1986c.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. III – dos programas aos exames (parte 2). **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 19, p. 41-54. 1987a.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. IV – dos programas aos exames (continuação). **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 20, p. 45-59. 1987b.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. V – abecedário de lentes e aulistas. **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 21, p. 23-34. 1987c.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. VI. **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 22, p. 41-48. 1987d.

SANTANA, F. A Aula do Comércio de Lisboa. VII (conclusão). **Lisboa – Revista Municipal** (2.ª série) 23, pp. 19-30. 1988.

SANTANA, F. Aula do Comércio. In: SANTANA, F.; SUCENA, E. (orgs.) **Dicionário da História da Lisboa**. Mem Martins: Europam, 1994. p. 114-115.

SERRÃO, J. V. **O Marquês de Pombal – o Homem, o Diplomata e o Estadista**. Lisboa: Câmara Municipal; Oeiras: Câmara Municipal; Pombal: Câmara Municipal, 1982a.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)** (vol. 6). Lisboa: Editorial Verbo, 1982b.

SILVA, I. F. **Dicionário Bibliográfico Português – Estudos de Inocência Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil** (vol. 3). Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, I. F. **Dicionário Bibliográfico Português**

– Estudos de Inocêncio Francisco da Silva Aplicáveis a Portugal e ao Brasil (vol. 8). Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

SILVERMAN, D. **INTERPRETING QUALITATIVE DATA – METHODS FOR ANALYSING TALK, TEXT AND INTERACTION**. 2ND ED. LONDON: SAGE, 2001.

SOLL, J. **O Ajuste de Contas** – como os Contabilistas Governam o Mundo desde os Médicos à Actualidade. Trad. do inglês por Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Alfragide: Lua de Papel, 2014.

SOUSA, F.; PEREIRA, C. **O BRASIL, O DOURO E A REAL COMPANHIA VELHA (1756-1834)**. PORTO: CEPESE – CENTRO DE ESTUDOS DA POPULAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE, 2008.

STEVELINCK, E. **La Comptabilité à Travers les Âges**. Bruxelles: Bibliothèque Royale Albert 1^{er}, 1970.

STAKE, R. E. **A Arte da Investigação com Estudos de Caso**. 3.^a ed. Trad. do inglês por Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

VIEIRA, R.; MAJOR, M. J.; ROBALO, R. Investigação qualitativa em contabilidade. In: MAJOR, M. J.; VIEIRA, R. (eds.) **Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática**. Lisboa: Escolar Editora, 2009. p. 131-163.

VLAEMMINCK, J.-H.; GONZÁLEZ FERRANDO, J. M. **Historia y Doctrinas de la Contabilidad** [versión española revisada y ampliada por Jose María González Ferrando]. Madrid: Editorial E.J.E.S., 1961.

YAMEY, B. Early Portuguese treatises on bookkeeping and accounts. **Accountancy** 80(912), p. 581-582. 1969.

Endereço do Autor:

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Coimbra (ISCAC) | Coimbra
Business School
Quinta Agrícola – Bencanta
Gabinete 315
Código Postal: 3040–316
Coimbra, Portugal